

## O MITO DA INTERIORIDADE - DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO<sup>1</sup>

Célia Quintas<sup>2</sup>

---

### A criação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento num meio em recessão

O Alentejo encontra-se entre as regiões mais pobres da Comunidade Europeia. Esta condição radica, naturalmente, em múltiplos factores de ordem histórica, geográfica, climatérica, económica, social e cultural.

A crise estrutural da agricultura apresentou-se como um dos factores mais devastadores condenando a região a um aparente “vazio” socio-económico. Com efeito nem o conjunto de financiamentos disponibilizados para o desenvolvimento agrícola, nem os projectos emergentes de turismo rural, nem mesmo as expectativas criadas em torno da construção da barragem do Alqueva têm sido suficientes para arrancar o Alentejo a este aparente marasmo.

Neste pano de fundo emergem algumas zonas que parecem escapar a este contexto recessivo conhecendo importantes fluxos de desenvolvimento local. É aqui que se insere o Concelho de Reguengos de Monsaraz que é objecto do nosso estudo<sup>3</sup>.

Com efeito este Concelho detém um conjunto de unidades produtivas ligadas fundamentalmente à olaria e à produção vitivinícola, que têm vindo a conhecer um desenvolvimento económico e social considerável. Desta forma estas unidades tornaram-se importantes empregadoras do Concelho, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento local.

Assistimos paralelamente ao florescimento de uma rede comercial, ao desenvolvimento do sistema de saúde e do sistema de ensino e formação. Temos também, secundariamente, vindo a assistir ao aparecimento de algumas unidades de desporto e lazer vocacionadas sobretudo para a população mais jovem.

O conjunto de elementos supracitado criou um panorama favorável à fixação de uma parte da população.

Com base nestas constatações pretendemos efectuar uma conjunto de reflexões, com o intuito de analisar os processos que permitiram a esta zona sujeita genericamente ao mesmo tipo de constrangimentos que avassalam toda a região, demarcar-se consideravelmente, constituindo um pólo distintivo de desenvolvimento local.

A presente comunicação parte assim do pressuposto fundamental de que existe uma profunda articulação entre *o desenvolvimento económico e social das empresas do Concelho* e *os processos de desenvolvimento local observados*.

Neste contexto a presente comunicação pretende fundamentalmente problematizar a questão do desenvolvimento a partir destes dois eixos fundamentais

---

<sup>1</sup>A presente comunicação insere-se no âmbito da tese de Doutoramento da autora, actualmente em curso no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sob orientação do Professor Doutor Rogério Roque Amaro.

<sup>2</sup> Docente e representante da Universidade Autónoma de Lisboa (U.A.L.) neste Congresso. Agradeço assim à U.A.L. o interesse e o apoio prestado na divulgação da presente comunicação.

<sup>3</sup>*Reguengos de Monsaraz* fica a uma distância de cerca de 37 Km de Évora, a capital de Distrito. Ocupa uma área de 444 Km quadrados e é constituído por cinco Freguesias: *Campinho* com cerca de 1.160 habitantes; *Campo* com 1.080 habitantes; *Corval* com 1.900 habitantes; *Monsaraz* com 1.200 habitantes e *Reguengos de Monsaraz* com 6.321 habitantes.

- *desenvolvimento empresarial vs desenvolvimento local*, analisando simultaneamente a interacção que se estabelece entre ambos.

### **Desenvolvimento local- reflexões em torno de um conceito**

#### **1.1. Lógica funcionalista vs Lógica territorialista - complementaridade ou oposição?**

Para iniciar a nossa reflexão em torno do conceito de desenvolvimento, gostaríamos de destacar dois “*olhares*” ou duas lógicas antagónicas e simultaneamente complementares para a análise deste processo: a lógica funcionalista e a lógica territorialista.

A estratégia funcionalista encara o desenvolvimento de acordo com uma perspectiva centralizada. Com efeito, a lógica nacional consubstanciada no aparelho de estado aparece como elemento fundamental de coordenação e ordenamento do território. O seu grande objectivo é justamente a unidade nacional com vista à obtenção do crescimento económico máximo. Para o alcançar coordena e controla o papel dos delegados e subordinados do poder central que estão nas regiões e municípios.

Neste sentido o planeamento regional é encarado como um ordenador do território nacional ao serviço do poder central.

A estratégia territorialista construiu uma perspectiva de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento a partir de baixo. Com efeito, é através da mobilização das populações e das suas organizações que se encontram as soluções que deverão originar o processo de desenvolvimento. Neste contexto território será um “*espaço apropriado, organizado e reconhecido de um ponto de vista político, social, económico, e ideológico por um grupo ou classe social em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se identifica*” (AMARO, 1990:41).

Para Roque Amaro (1990), esta definição pressupõe a existência de uma *identidade* ligada à noção de pertença territorial e pressupõe também uma *solidariedade territorial* portadora de novas lógicas.

Trata-se, com efeito, de um planeamento mobilizador que visa a participação real das populações. A nação aparece, assim, constituída como um “*puzzle*” que são as várias identidades territoriais. O desenvolvimento nacional será o resultado da negociação entre as várias autonomias regionais.

O desenvolvimento local caracteriza-se assim por ser um processo que conjuga elementos de natureza funcionalista e territorialista, com o intuito de conseguir alcançar uma alteração positiva dos hábitos de consumo, potenciando ao mesmo tempo uma evolução a nível sócio-cultural.

O desenvolvimento do tecido empresarial constitui um importante factor de desenvolvimento local, uma vez que para além das empresas se revelarem entidades produtoras de riqueza, são também potenciais geradores de emprego e consequentemente elementos que podem atrair e fixar as populações.

Esta perspectiva articula-se com a análise do desenvolvimento económico e social das empresas, enquanto agentes de inovação. Com efeito esta abordagem procura efectuar uma incursão pelo interior das empresas para definir a articulação que se estabelece entre o económico e o social, como factor importante para o seu desenvolvimento interno. A partir daqui tentaremos compreender qual a sua capacidade para inovar e protagonizar, ou pelo menos impulsionar, processos de desenvolvimento local.

## **2.O desenvolvimento económico e social das empresas - agentes de inovação a nível Local**

A análise do desenvolvimento económico e social das empresas refere-se à análise contingencial para referir que estas empresas, se quiserem sobreviver, devem abrir-se ao seu meio atendendo às suas necessidades e exigências. Para tal devem desenvolver modalidades de organização interna, que permitam uma integração dos meios humanos e materiais potenciadora de uma resposta adequada ao meio societal tendo em conta: o mercado, a concorrência, as características socio-culturais etc.

Neste contexto a análise contingencial permite-nos verificar que as pequenas e médias empresas artesanais, dedicadas à olaria e as unidades de produção vitivinícola, do Concelho de Reguengos de Monsaraz têm evoluído conjuntamente para produzir um fluxo de mudança no meio envolvente.

- *A viticultura e a olaria*

Com efeito a produção vitivinícola e a olaria desde cedo aparecem ligadas, constituindo importantes actividades no Concelho. Com efeito, refere Orlando Ribeiro "(...) a originalidade do Alentejo consiste em ter conservado, de uma herança mediterrânea, o vasilhame para líquidos, principalmente para vinho, preparados e guardados no resto do país em pipas e tonéis de madeira. Neste sentido, é uma das expressões da civilização do barro própria desta região (...).

As vasilhas chamam-se talhas ou potes e podem ter dois metros e meio de altura, capacidade para dois mil litros e pesar 700 ou 800 kg. Aí se lança o mosto com o bagaço para fermentar, mudado depois para outras talhas semelhantes. Em baixo têm um buraco onde se mete o pipo, por cima são cobertas com papel ou pele de cabra como a dos odres (...)" (RIBEIRO in CONDE, 1996:7).

Através da análise documental, da observação e de conversas com informantes privilegiadas foi possível constatar que as empresas vintivinícolas e as olarias desenvolveram processos organizativos que passamos a definir:

- *As unidades vitivinícolas*

A actividade vitivinícola do Concelho encontra-se centrada em duas unidades produtivas fundamentais. Directa ou indirectamente ligados à actividade, encontram-se um conjunto elevado sócios (cerca de 600) e trabalhadores. Estas unidades produtivas são as principais empregadoras do Concelho.

-Estas empresas, no que respeita às modalidades de organização, desenvolveram uma imagem interna e uma imagem externa de valorização da qualidade como factor fundamental de eficiência e eficácia organizacional, apostando no investimento tecnológico e diversificando as marcas por forma a responder a diferentes segmentos de mercado. Por sua vez o mercado também se tem mostrado favorável e aberto ao consumo destes vinhos.

-Obedecendo também a uma lógica mais de tipo funcionalista as unidades de produção vitivinícola do Alentejo desenvolveram, em parte por imposições de origem nacional e internacional, (uma vez que se trata de um região determinada) processos de cooperação, ligados sobretudo a estratégias de marketing comuns, mas que conduziram à emergência de uma imagem regional de qualidade: os "*Vinhos do Alentejo*".

Com efeito, como refere M<sup>a</sup> João Rodrigues (1991), as regiões terão que aprender a articular os seus elementos internos com elementos externos para se alcançar o desenvolvimento endógeno. Deverão, igualmente, integrar saberes tecnológicos mais avançados com saberes e culturas tradicionais, que permitam valorizar as suas especificidades e o seu potencial endógeno.

-Importa realçar, que apesar de tudo, estas organizações se confrontam com uma contingencialidade importante: dependem de uma actividade sazonal e de produção instável, em que o clima emerge, simultaneamente, como uma das suas maiores forças, uma vez que são as horas de sol e a sua intensidade que permitem o estado de maturação das uvas, mas também como um dos seus maiores constrangimentos, uma vez que determina a qualidade e a quantidade da produção.

- *As olarias*

Relativamente às olarias, constatamos, através de dados da Junta de Freguesia do Corval, que em 1996 existiam na Freguesia 34 olarias, 51 Mestres oleiros, 3 aprendizes, 16 serventes, 123 pintores (essencialmente do sexo feminino), para além de cerca de 47 pintores que trabalham em casa à peça. Temos, no total, um conjunto de 270 pessoas ligadas directamente à actividade (CONDE, 1996).

No que respeita a estas unidades de produção essencialmente artesanal é possível efectuar as seguintes reflexões:

-As unidades de produção oleira detêm processos de organização inspirados parcialmente em antigas formas da *organização profissional do trabalho*, baseados numa relativa autonomia, na experiência e no saber-fazer dos Mestres oleiros e também, mais recentemente, das pintoras. Estes elementos terão potenciado uma autonomia interna que poderá funcionar como um estímulo à criatividade e à inovação.

Com efeito para Renaud Sainsaulieu (1987) O trabalho sempre se inscreveu numa dimensão de ofício. O ofício é uma capacidade e uma destreza manual, adquirida ao longo dos anos de experimentação e aprendizagem.

Esse ofício é dirigido através de um saber complexo, que pressupõe uma capacidade para integrar as lições da experiência. A fiabilidade da produção é alcançada através do saber-fazer que o executante dispõe, que é comparável a uma arte. A profissão, nesta dimensão de ofício, cria e difunde valores profissionais, práticas de iniciação e a institucionalização de um código deontológico.

-Em termos contingenciais estas olarias desenvolveram um sistema de relações entre si que se funda essencialmente na concorrência. Esta situação poderá eventualmente estimular a inovação interna, mas por outro lado poderá diminuir a sua capacidade competitiva no exterior.

Para a autora M<sup>a</sup> João Ropdrigues (1991), as empresas devem desenvolver mecanismos de cooperação e associativismo, por oposição a um modelo dominante de concorrência que retira margem competitiva a nível regional. Com efeito o estabelecimento de redes de parceria constitui uma forma privilegiada de desenvolvimento das regiões mais pobres, potenciando o desenvolvimento empresarial e estimulando a competitividade sobretudo a nível das P.M.E.'s que constituem uma parte importante do tecido empresarial português.

-A inexistência de um associativismo eficaz entre oleiros bloqueia a emergência de redes de cooperação, e este poderá constituir um dos factores explicativos da ausência de uma "imagem de marca" conjunta, ligada às olarias do Concelho.

-Ainda numa perspectiva contingencial pressupomos que uma parte do sucesso destas unidades produtivas deve-se ao forte estímulo do mercado, associado à valorização da produção artesanal e personalizada, por oposição à produção industrial, em série e despersonalizada.

- *Impactos no desenvolvimento local*

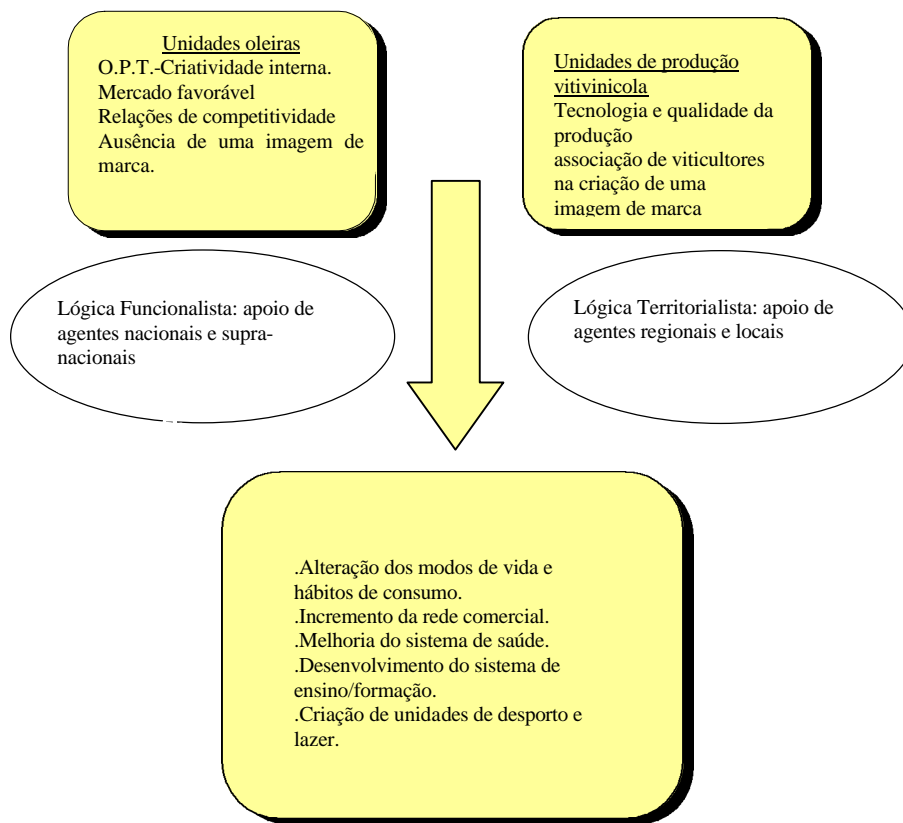
Neste sentido estas unidades produtivas, em articulação com parceiros locais, nacionais e supranacionais, parecem ter gerado um processo virtuoso de

desenvolvimento com a conseqüente fixação de uma parte do potencial humano do Concelho. Com efeito esta rede empresarial levou à criação de emprego e riqueza.

-Paralelamente assistimos a novas dinâmicas socio-económicas a nível funcionalista: o desenvolvimento local tem decorrido, por um lado, de apoios mais ou menos politizados e da canalização de fundos de origem nacional e supranacional, com vista à construção de infra-estruturas.

- Assistimos também a estratégias territorialistas que se prendem com a existência de parceiros locais, institucionais, que definem políticas e distribuem fundos à luz de uma estratégia de desenvolvimento organizacional e local.

**O seguinte esquema define a articulação entre desenvolvimento económico e social das empresas e desenvolvimento local**



**Bibliografia:**

AMARO, Rogério Roque- *“O Puzzle territorial dos anos 90-uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões”* in Vértice, 1990.

ARNDT, H.W., *“Económico Development the history of an idea”*, Chicago, University of Chicago press, 1987.

BRYDEN, Jonh, *“Novas Perspectivas para a Europa Rural: tendências globais respostas locais”*Rural europe-Comissão Europeia, AEIDL,1998.

CONDE, M<sup>a</sup> Antónia, *“A olaria em São Pedro do Corval: a continuidade e a diversidade num património a preservar”*, Colóquio *“História da Cerâmica Moderna Portuguesa”* Caldas da Rainha, 23, 24 e 25 de Fevereiro de 1996.

FRIEDMAN, John- *"Empowerment-The politics of alternative development"*, Cambridge, Blackwell, 1992.

GHAI, Dharam, *"Participatory Development: some perspectives from grass-roots experiences"* in GRIFFIN, K. KNIGHT, J. (orgs) *"Human development and the international strategy for the 1990's"*, Londres, Macmillan, 1990.

REIS, Manuela, *"Pós-Litfundismo e Desenvolvimento Local"* Lisboa, in *Sociologia Problemas e Práticas* nº 13, Lisboa, ISCTE-CIES, 1993.

RIBEIRO, Orlando, *"Geografia e Civilização"*, Lisboa, Livros Horizonte (s.d.).

RODRIGUES, M<sup>a</sup> J. *"Competitividade e Recursos Humanos"*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

SAINSAULIEU, Renaud, *"Sociologie de L'Organization et de L'Entreprise"*, Paris, P.F.N.S.P. & Dalloz, 1987.

SAINSAULIEU, Renaud, ( coord.) *"L'Entreprise une affaire de société"*, Paris, col *"Références"* P.F.N.S.P., 1992.

SILVA, M. ( org.) *"Desenvolvimento económico e repartição de rendimento"* Lisboa, Estampa, 1976.

STEWART, Frances e STREETEN, Paul *"Novas Estratégias para o Desenvolvimento: Pobreza, distribuição do rendimento e crescimento"* In M. SILVA, *"Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento"* Lisboa, estampa, 1976.